Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 27 de dezembro de 2011. Edição n° 839

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins 2

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Editais.....2

Súmulas de contratos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comunicado 12

ANELISE VOLKWEIS:58038000072

Digitally signed by ANELISE VOLKWEIS:58038000072
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=AR SERASA, cn=ANELISE VOLKWEIS:58038000072
Date: 2011.12.27 10:02:11 -02'00'

Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 27 de dezembro de 2011. www.mp.rs.gov.br Edição n° 839

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 619/2011

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

REVOGAR

- a contar do dia 02/12/2011, a Portaria 0495/2011, que designou GLAUBER MARCELO SIMON, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 02/12/2011 (Port. 3896/2011).

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 02/12/2011, GLAUBER MARCELO SIMON, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 435, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 3897/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de dezembro de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 397/2011 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil acerca de possível irregularidade no descumprimento de carga horária por servidora da Secretaria Estadual da Saúde, no RD.00829.00434/2011, em que requerente pessoa anônima.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de dezembro de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 398/2011 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 11 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente a eventual negativa de instalação de energia elétrica, pela CEEE, na rua Primavera, Posto 5, Capão Novo, no PA.00949.00130/2011, em que reclamantes moradores da rua Primavera.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de dezembro de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EDITAL N.º 334/2011
Resultado do Edital nº 327/2011 – REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.01160/2011-0, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (*http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes*), o resultado das remoções referentes ao Edital nº 327/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de dezembro de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 335/2011
Resultado do Edital nº 328/2011 – REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.01168/2011-3, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (*http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes*), o resultado das remoções referentes ao Edital nº 328/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de dezembro de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 2836-09.00/11-9
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 44/11
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATADA: MOVELEIRA TAPEJARA LTDA.; **OBJETO**: aquisição dos itens abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MA1 mesa angular 1	TAPEJARA	290	R$ 1.499,40	R$ 434.826,00
3	MA2D mesa angular 2 direita	TAPEJARA	25	R$ 1.701,00	R$ 42.525,00
4	MA2E mesa angular 2 esquerda	TAPEJARA	10	R$ 1.701,00	R$ 17.010,00
7	MR2 mesa retangular 2	TAPEJARA	20	R$ 861,00	R$ 17.220,00
8	MR3 mesa retangular 3	TAPEJARA	10	R$ 924,00	R$ 9.240,00
14	GV1 gaveteiro volante 1	TAPEJARA	265	R$ 735,00	R$ 194.775,00
15	GV2 gaveteiro volante 2	TAPEJARA	35	R$ 819,00	R$ 28.665,00
16	AB1 armário baixo 1	TAPEJARA	75	R$ 1.008,00	R$ 75.600,00
17	AB2 armário baixo 2	TAPEJARA	45	R$ 1.018,50	R$ 45.832,50
18	AM armário médio	TAPEJARA	7	R$ 1.176,00	R$ 8.232,00
19	AA armário alto	TAPEJARA	140	R$ 1.869,00	R$ 261.660,00
20	AE armário estante	TAPEJARA	175	R$ 1.827,00	R$ 319.725,00
22	EE estante c/15 escaninhos	TAPEJARA	20	R$ 1.590,75	R$ 31.815,00
24	MR-8p mesa reuniões 8 pessoas	TAPEJARA	10	R$ 1.816,50	R$ 18.165,00
26	MR 14P mesa reuniões 14 pessoas	TAPEJARA	1	R$ 2.310,00	R$ 2.310,00

VALOR TOTAL: R$ 1.507.600,50; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5214; **FUNDAMENTO LEGAL**: Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de dezembro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º053/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Civis:

1) Inquérito Civil, nº 00748.00236/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça de Designação Excepcional Alexandre Porto França, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar possível irregularidade na justificativa em ausências a sessões da câmara municipal, através de atestados médicos, em município.

2) Inquérito Civil, nº 00760.00025/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar supostas irregularidades na utilização de verbas destinadas pelo governo, utilizadas em calçamento de rua, e possível irregularidade em cobrança efetuada a moradores de valor referente ao material utilizado no calçamento, em município.

3) Inquérito Civil, nº 00801.00049/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar cobrança indevida de valores para a realização de obras, em município.

4) Inquérito Civil, nº 00801.00050/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar improbidade administrativa – por desatenção ao princípio de legalidade, em município.

5) Portaria nº 37/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Sérgio Cunha de Aguiar Filho, da Promotoria de Justiça de Itaqui, com a finalidade de apurar a prática de atos de improbidade administrativa, em município.

6) Inquérito Civil, nº 00748.00222/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça de Designação Excepcional Alexandre Porto França, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar possível irregularidade em remuneração de servidores de cargo eletivo, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00748.00235/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar demora em aprovação de projetos, em município.

8) Inquérito Civil, nº 00800.00017/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos, com a finalidade de apurar diversidade de coeficientes no plano de carreira de servidores e horário da assessoria jurídica, em município.

9) Inquérito Civil, nº 00861.00022/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apura possível desvio de verba pública, em relação a projeto, em município.

10) Inquérito Civil, nº 00881.00039/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de investigar possíveis irregularidade de nomeação, em município.

11) Inquérito Civil, nº 01233.00023/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de Ivoti, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa em contratação de servidores, em município.

12) Inquérito Civil, nº 00829.00021/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Maria Ribeiro Alice, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em concorrência, referente à concessão dos serviços públicos de transporte hidroviário de passageiros, em município.

13) Inquérito Civil, nº 00829.00052/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na concessão de permissões para o serviço de táxis, em município.

14) Inquérito Civil, nº 00829.00030/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Nilson de Oliveira Rodrigues Filho, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar ato de improbidade, em tese, por reiteradas desobediência a ordens jurídicas, em município.

15) Inquérito Civil, nº 00829.00028/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na execução de projeto cultural, em município.

16) Inquérito Civil, nº 00829.00037/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça André Felipe de Camargo Alves, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em secretaria, em município.

17) Inquérito Civil, nº 00829.00113/2011, instaurado pela Promotora de Justiça, em substituição Diomar Jacinta Rech, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades de conduta, em município.

18) Inquérito Civil, nº 00829.00057/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça, Eduardo Bernstein Iriart, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no âmbito de órgão público, consistentes em contratação de empregados para cargos em comissão com base em Resolução de Diretoria e em alguns casos, com atividade distinta exercida pela companhia ou em proveito de outro órgão público, em município.

19) Inquérito Civil, nº 00907.00110/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar eventual improbidade administrativa, na realização de obras, em município.

20) Inquérito Civil, nº 00829.00055/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Diomar Jacinta Rech, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades praticadas em contrato celebrado, em município.

21) Portaria nº 145/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Maria Ribeiro Alice, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar irregularidades em gestão de diretorias em departamento, em município.

22) Inquérito Civil, nº 00851.00014/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de Restinga Sêca, com a finalidade de apurar irregularidades na utilização de verba pública para fins particulares, em município.

23) Inquérito Civil, nº 00870.00022/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Timm Ferreira, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com a finalidade de apurar as condições de trafegabilidade da via estadual, em município.

24) Inquérito Civil, nº 00876.00039/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na tomada de diárias por servidores públicos de cargo eletivo, em município.

25) Inquérito Civil, nº 00876.00038/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na tomada de diárias por servidores públicos de cargo eletivo, em município.

26) Inquérito Civil, nº 00864.00166/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar as condições de trafegabilidade de estradas e pontes, em município.

27) Inquérito Civil, nº 00903.00025/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade praticado por funcionários de Secretaria Pública, ao desviarem recursos financeiros, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de dezembro de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 09/2011 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Civis e Peças de Informação:

1) Inquérito Civil Público nº 00716.00019/2011 – instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, em 25 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar irregularidades na destinação de recursos públicos na educação infantil, nos anos de 2008 e 2009.

2) Inquérito Civil Público nº 01220.00004/2011 – instaurado pela Promotora de Justiça Danielle Bolzan Teixeira, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, em 27 de abril de 2011, com a finalidade de investigar a Instituição de Longa Permanência de Idosos, de propriedade de Lierge Nunes de Souza, localizada na Rua Clóvis Pestana, nº 749, que apesar de interditado, permanece em funcionamento.

3) Inquérito Civil Público nº 01220.00006/2011 – instaurado pela Promotora de Justiça Danielle Bolzan Teixeira, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, em 19 de maio de 2011, com a finalidade de investigar a empresa Arlei Francisco de Oliveira, nome fantasia “Solar das Rosas”, a eventual lesão ao direito do idoso.

4) Inquérito Civil Público nº 01220.00009/2011 – instaurado pela Promotora de Justiça Danielle Bolzan Teixeira, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, em 30 de agosto de 2011, com a finalidade de investigar a Instituição de Longa Permanência de Idosos, de propriedade de Nadir Quevedo, Lar Maria Rita.

5) Inquérito Civil Público nº 01220.00010/2011 – instaurado pela Promotora de Justiça Danielle Bolzan Teixeira, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, em 05 de setembro de 2011, com a finalidade de investigar a Instituição de Longa Permanência de Idosos, de propriedade de Jorge Luís Viana de Lima e de Luana Rigo Braseiro, de nome Residencial Coração de Jesus.

6) Inquérito Civil Público nº 00732.00056/2011 – instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, em 29 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no funcionamento da Casa Lar Excepcional.

7) Inquérito Civil Público nº 00732.00057/2011 – instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, em 29 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa e contra os Direitos Humanos, cometidos pelo Delegado de Polícia de Dom Feliciano.

8) Inquérito Civil Público nº 00732.00044/2011 – instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, 17 de junho de 2011, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de atos de improbidade administrativa, pelo município de Chuvisca, pela falta de rede de água, na localidade de Boa Vista.

9) Inquérito Civil Público nº 00738.00011/2011 – instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu, em 17 de outubro de 2011, com a finalidade de apurar eventual risco à saúde humana e ao meio ambiente decorrente do uso de canos de amianto na rede de distribuição de água, pela CORSAN.

10) Inquérito Civil Público nº 00740.00005/2008 - instaurado pela Promotora de Justiça Andrea da Silva Uequed, da Promotoria de Justiça de Canoas, em 26 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar a carência no atendimento, pelo Hospital Nossa Senhora das Graças, de pacientes que necessitam de cirurgias cardiovasculares.

11) Inquérito Civil Público nº 00740.00048/2011 – instaurado pela Promotora de Justiça Andrea da Silva Uequed, da Promotoria de Justiça de Canoas, em 15 de agosto de 2011, com a finalidade de verificar a regularidade do Residencial Grupo Assistencial Casa do Sol I.

12) Inquérito Civil Público nº 00740.00049/2011 – instaurado pela Promotora de Justiça Andrea da Silva Uequed, da Promotoria de Justiça de Canoas, em 15 de agosto de 2011, com a finalidade de verificar a regularidade do Residencial Terapêutico grupo Assistencial Casa do Sol II.

13) Inquérito Civil Público nº 00740.00052/2011 – instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Dossena Lopes dos Santos, da Promotoria de Justiça de Canoas, em 1º de setembro de 2011, com a finalidade de apurar a eventual ausência de suporte no setor de nefrologia do Hospital Nossa Senhora das Graças.

14) Inquérito Civil Público nº 00740.00053/2011 – instaurado pelo Promotor de Justiça Andrea da Silva Uequed, da Promotoria de Justiça de Canoas, em 13 de setembro de 2011, com a finalidade de averiguar a situação do Complexo Esportivo da Universidade Luterana do Brasil, em relação à saúde pública.

15) Inquérito Civil Público nº 00740.00050/2011 – instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Dossena Lopes dos Santos, da Promotoria de Justiça de Canoas, em 24 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar a regularidade do estabelecimento Casa Lar Teresinha do Menino Jesus.

16) Inquérito Civil Público nº 00746.00018/2011 – instaurado pelo Promotor de Justiça Damasio Sobiesiak, da Promotoria

de Justiça de Casca, em 09 de agosto de 2011, com a finalidade de investigar eventual prática de irregularidades na administração do Hospital Santa Teresinha, de Ciríaco.

17) Inquérito Civil Público nº 00748.00188/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 06 de setembro de 2011, com a finalidade de investigar o fechamento da UBS do Bairro Bela Vista, para reforma.

18) Inquérito Civil Público nº 00748.00075/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 22 de agosto de 2011, com a finalidade de investigar a possível irregularidade no repasse de verbas destinadas ao SAMU (SUS) e à Farmácia Básica.

19) Inquérito Civil Público nº 00748.00138/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 24 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a fiscalização permanente de instituição de longa permanência para idosos (ILPI), por Pro-vitta Lar Amigo do Idoso.

20) Inquérito Civil Público nº 00748.00132/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 24 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a fiscalização permanente de instituição de longa permanência para idosos (ILPI), pelo Lar de Idosos Bela Vista Ltda.

21) Inquérito Civil Público nº 00748.00136/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 24 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a fiscalização permanente de instituição de longa permanência para idosos, pela Casa de Repouso Ayme Ltda.

22) Inquérito Civil Público nº 00748.00135/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 24 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a fiscalização permanente de instituição de longa permanência para idosos (ILPI), pela Geriatria Vida e Saúde Ltda.

23) Inquérito Civil Público nº 00748.00134/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 24 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a fiscalização permanente de instituição de longa permanência para idosos (ILPI), pela Casa de Repouso São José Ltda.

24) Inquérito Civil Público nº 00748.00183/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 01 de setembro de 2011, com a finalidade de investigar a verificação da existência de Diretor Técnico e clínico no Pronto Socorro 24 horas, pela Secretaria Municipal de Saúde.

25) Inquérito Civil Público nº 00748.00175/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 26 de agosto de 2011, com a finalidade de investigar a contratação de empresa para a operacionalização e expansão do projeto de regionalização do Salvar/Samu pelo Sindiserv.

26) Inquérito Civil Público nº 00748.00169/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 22 de agosto de 2011, com a finalidade de investigar a falta de atendimento na rede pública de saúde, pela Secretaria Municipal de Saúde.

27) Inquérito Civil Público nº 00748.00131/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 22 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a fiscalização permanente de instituição de longa permanência para idosos (ILPI), pela Casa Geriátrica Boa Vista Ltda.

28) Inquérito Civil Público nº 00748.00130/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 22 de junho de 2011,com a finalidade de investigar a fiscalização permanente da instituição de longa permanência Lar da Velhice São Francisco de Assis.

29) Inquérito Civil Público nº 00748.00170/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 22 de agosto de 2011, com a finalidade de investigar irregularidade na dispensação do medicamento Dieta Liq./Oral/Ent.1.2cal c/soja s/ saca/lacto/Glut Normo, 1L cód. 13750, pelo Sistema Único de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria da Saúde do RS.

30) Inquérito Civil Público nº 00748.00096/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 05 de setembro de 2011, com a finalidade de investigar negativa de atendimento médico pela SAMU à Luci Rosa dos Santos.

31) Inquérito Civil Público nº 00748.00184/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 02 de setembro de 2011, com a finalidade de investigar a negativa de atendimento médico pelo SAMU e pelo Dr. Fabrizzio Macagnan ao adolescente V.M.S.

32) Inquérito Civil Público nº 00751.00019/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo Burgos, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, em 06 de setembro de 2011, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades no estabelecimento Sociedade Beneficente Nossa Senhora do Amparo.

33) Inquérito Civil Público nº 00950.00027/2011 - instaurado pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgmann, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, em 09 de agosto de 2011, com a finalidade de investigar a falta de acessibilidade para cadeirantes no município.

34) Inquérito Civil Público nº 00753.00002/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Ronaldo Adriano de Almeida Arbo, da Promotoria de Justiça de Crissiumal, em 08 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar a regularidade na realização de exames laboratoriais através do CISA, em detrimento da realização de exames laboratoriais pelo SUS, sem ônus para o município.

35) Inquérito Civil Público nº 00754.00083/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, em 08 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano à saúde pública, em decorrência de irregularidades no funcionamento do laboratório Pejuçara Ltda, em razão do funciona-

mento sem o devido licenciamento sanitário.

36) Inquérito Civil Público nº 00759.00015/2011 - instaurado pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, em 12 de setembro de 2011, com a finalidade de apurar a adequação do investigado município de Dom Pedrito aos termos da Política Nacional de Atenção Básica à Saúde, regulamentada pela Portaria 648/GM/2006 do Ministério da Saúde.

37) Inquérito Civil Público nº 00761.00006/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, em 23 de maio de 2011, com a finalidade de investigar a Saúde Pública – Hospital Santa Bárbara, no município.

38) Peças de Informação nº 00761.00010/2011 - instauradas pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, em 22 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a Saúde Pública no município de Amaral Ferrador.

39) Peças de Informação nº 00763.00018/2011 - instauradas pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, em 29 de junho de 2011, com a finalidade de investigar problemas relativos à falta de segurança, de infra-estrutura física e de recursos humanos no Albergue Municipal de Erechim.

40) Inquérito Civil Público nº 00768.00091/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 30 de agosto de 2011, com a finalidade de investigar a prescrição de medicamentos que não constam nas listas do SUS pela Clínica São Luiz,

41) Inquérito Civil Público nº 00776.00017/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, em 15 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a anunciada cobrança de valores para realização de exame de tomografia em procedimento pelo SUS, pelo Hospital Beneficente São Pedro.

42) Inquérito Civil Público nº 00784.00003/2011 - instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 25 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar a possível inadequação às exigências legais na ILPI Clínica Geriátrica Rainha do Mar.

43) Inquérito Civil Público nº 00784.00004/2011 - instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí em 06 de setembro de 2011, com a finalidade de regularizar a atuação da Associação de Resgate Metropolitano Anjos do Asfalto.

44) Inquérito Civil Público nº 00794.00061/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça de Ijuí, em 03 de outubro de 2011, com a finalidade de apurar irregularidades no Centro de Alta Complexidade em Oncologia – CACON mantido pelo Hospital de Caridade de Ijuí.

45) Inquérito Civil Público nº 00807.00013/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, em 06 de outubro de 2011, com a finalidade de apurar irregularidades na prestação de serviços médicos no Município.

46) Portaria nº 23/11 - emitida pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, da Promotoria de Justiça Palmeira das Missões, em 16 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar a aferição quanto a cobranças irregulares dos usuários em atendimentos ambulatoriais realizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS no Hospital de Caridade.

47) Inquérito Civil Público nº 00823.00008/2011 - instaurado pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, em 22 de junho de 2011, com a finalidade de verificar irregularidades da casa denominada "Lar Doce Lar", que acolhe pessoas portadoras de sofrimento psíquico.

48) Inquérito Civil nº 00825.00001/2011 - instaurado pelo Promotor de Justiça Mario Eduardo Loréa, da Promotoria de Justiça de Pelotas, em 1º de de setembro de 2011, com a finalidade de apurar as condições do atendimento odontológico prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos portadores de necessidades especiais no município.

49) Inquérito Civil Público nº 01128.00176/2011 - instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 1º de novembro de 2011, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no Hospital Petrópolis.

50) Peças de Informação nº 01128.00171/2011 - instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 25 de outubro de 2011, com a finalidade de averiguar a não aprovação do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, apresentado pela Secretaria de Estado da Saúde.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de dezembro de 2011.

ALCEU SCHOELLER DE MORAES,

Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 12/2011 – CAO

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, NA IMPOSSIBILIDADE DA COORDENADORA TITULAR, cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Civis e Peças de Informação:

PROMOTORIA DE ALEGRETE

1) Inquérito Civil nº 110/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegre, com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva e afronta as normas de direito do consumidor, tendo como investigados Roseli Ramos da Silva; Rosana Ramos da Silva; Concasa Construções e Instalações Ltda; José Ademir Rodrigues Guedes; Lojas Colombo S/A.

PROMOTORIA DE ALVORADA

1) Inquérito Civil nº 54/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual dano aos consumidores, em razão de descumprimento contratual relativo à conclusão de empreendimento de condomínio e incorporação, tendo como investigada Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Alvorada II – SPE Ltda.

PROMOTORIA DE CASCA

1) Peça de Informação nº 36/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Damásio Sobiesiak, da Promotoria de Justiça de Casca, com a finalidade de apurar possível comercialização irregular de produtos de origem animal, tendo como investigados Supermercado Super Útil; Mercado Brugnera; Mercado Marini e Restaurante e Churrascaria Avenida.

2) Inquérito Civil nº 37/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Damásio Sobiesiak, da Promotoria de Justiça de Casca, com a finalidade de apurar possível prática de adulteração de característica de produtos lácteos, que tenham o potencial de torná-los inadequados, química ou biologicamente, ao consumo, tendo como investigados José Carlos Carlott, Jovani Carlott e Joseraldo Carlott.

3) Inquérito Civil nº 38/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Damásio Sobiesiak, da Promotoria de Justiça de Casca, com a finalidade de apurar eventual prática de adulteração no leite, pelo produtor, mediante o acréscimo de água, em desacordo com as normas vigentes, tendo como investigado Roberto Arnaldo Cucolotto.

PROMOTORIA DE DOIS IRMÃOS

1) Inquérito Civil nº 008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Wilson Luís Grezzana, da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos, com a finalidade de apurar possível mau fornecimento de água, tendo como investigada a Corsan.

PROMOTORIA DE ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 175/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de investigar eventual lesão aos direitos do consumidor em decorrência da colocação no mercado de consumo de produtos impróprios para consumo pela empresa individual Florentina Ujacov, que explora a atividade de bar e mercado.

2) Inquérito Civil nº 177/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Associação Comunitária Rádio Monte Castelo FM.

3) Inquérito Civil nº 178/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Rádio Campinas do Sul Ltda.

4) Inquérito Civil nº 180/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Rádio Aratiba.

5) Inquérito Civil nº 181/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Editora Revista Você.

6) Inquérito Civil nº 182/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Dilson´s Assessoria Comunicação e Marketing Ltda.

7) Inquérito Civil nº 183/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Itatibense.

8) Inquérito Civil nº 184/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Associação Cultural Comunitária Amigos de Severiano de Almeida.

9) Inquérito Civil nº 185/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Cotegipense.

10) Inquérito Civil nº 186/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Jornal Diário da Manhã de Erechim.

11) Inquérito Civil nº 187/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Jornal Voz Regional.

12) Inquérito Civil nº 188/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Sociedade Rádio São José Ltda.

13) Inquérito Civil nº 189/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística

por Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda.

14) Inquérito Civil nº 190/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Fundação Cooperhabic para Educação e Assistência Social.

15) Inquérito Civil nº 191/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Editora Bota Amarela Ltda.

16) Inquérito Civil nº 192/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a adoção de medidas preventivas aos direitos coletivos afetos à tutela dos diretos dos consumidores e da ordem urbanística por Sociedade Rádio Sinuelo Ltda.

PROMOTORIA DE IJUÍ

1) Inquérito Civil nº 065/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de danos coletivos aos consumidores de Ijuí em razão da comercialização de produtos impróprios ao consumo, tendo como investigado WMS Supermercados do Brasil Ltda. (Supermercado Nacional).

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 305/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar, em tese, eventual enganosidade da mensagem publicitária, tendo como investigada Wal Mart Brasil Ltda..

2) Inquérito Civil nº 306/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de investigar UNESUL por eventual deficiência na prestação de serviços.

3) Inquérito Civil nº 307/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de investigar KR Comércio de Combustíveis Ltda. por eventual aquisição de combustível com a distribuidora Arogas Comércio de Combustíveis Ltda. ostentando bandeira de distribuidora diversa.

4) Inquérito Civil nº 310/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva consistente em associação atuar como financeira, tendo como investigado ABM – Associação Brasileira Mútua Assistencial aos Servidores Públicos do Brasil.

5) Inquérito Civil nº 311/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva pelo fornecimento e oferta enganosa de produto no site que explora na Internet, tendo como investigado www.planetabonus.com.br (Tessis Informática e Tecnologia ME Ltda.).

6) Inquérito Civil nº 312/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva pela inobservância de prazo de garantia de produto, tendo como investigada a loja Fast Shop.

7) Inquérito Civil nº 313/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada Pro Corpo Esportes S/S Ltda..

8) Inquérito Civil nº 314/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada R.R. Germano Academia de Ginástica Ltda..

9) Inquérito Civil nº 315/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada M.S. Fitness Com. e Ativ. Esportivas Ltda.

10) Inquérito Civil nº 316/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada Bagesteiro e Ferreira Ltda.

11) Inquérito Civil nº 317/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada Tânia Maria Borges.

12) Inquérito Civil nº 318/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada Anatomic Academia de Ginástica Ltda.

13) Inquérito Civil nº 319/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada Bercht e Trombini Ltda.

14) Inquérito Civil nº 320/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada Planeta Corpo Academia de Musculação e Artes Marciais Ltda.

15) Inquérito Civil nº 321/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigado Sport Club Internacional.

16) Inquérito Civil nº 322/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigado Bradesco.

17) Inquérito Civil nº 323/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigado Banco A. J. Renner S.A.

18) Inquérito Civil nº 324/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigado Banco Fiat S.A..

19) Inquérito Civil nº 325/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigado Banco Finasa BMC S.A.

20) Inquérito Civil nº 326/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigado Banco Itaú S.A..

21) Inquérito Civil nº 327/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigada Banco Safra S.A..

22) Inquérito Civil nº 328/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigado Banco Santander.

23) Inquérito Civil nº 329/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigada Banco Volkswagen S.A..

24) Inquérito Civil nº 330/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigado HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.

25) Inquérito Civil nº 331/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigado BV Financeira.

26) Inquérito Civil nº 332/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva na cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, tendo como investigado Banco Panamericano.

27) Peça de Informação nº 339/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar possível deficiência na prestação de serviços e descumprimento contratual, tendo como investigada Gol Linhas Aéreas.

28) Inquérito Civil nº 340/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva consistente no armazenamento de produtos irregulares no seu estabelecimento, tendo como investigada Clarence Produtos para Limpeza Ltda..

29) Inquérito Civil nº 341/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviços e descumprimento da obrigação da garantia de produto, em vista da cobrança para o recolhimento de produto que apresentou defeito no prazo estabelecido pelo fabricante como garantia contratual e legal, tendo como investigado Samsung.

30) Inquérito Civil nº 342/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço no bairro Aberta dos Morros, tendo como investigado DMAE.

31) Inquérito Civil nº 343/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço de transporte coletivo na linha Quinta do Portal, tendo como investigados EPTC e UNIBUS.

32) Inquérito Civil nº 344/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar possível vício de qualidade de água no Bairro Agronomia, tendo como investigado DMAE.

33) Inquérito Civil nº 347/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar possível oferta de serviços odontológicos que podem necessitar, antes da execução, a realização de outros serviços, tendo como investigado o site www.weekofertas.com.br.

34) Inquérito Civil nº 350/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar possível publicidade enganosa em relação ao produto "Super Tech (O Gênio do Tanque)", tendo como investigadas Super Tech do Brasil, Super Tech Sul e Comercial Buffon Combustíveis e Transportes Ltda..

35) Inquérito Civil nº 351/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviços consistente na falta de leitos para pacientes, tendo como investigado Hospital Mãe de Deus.

36) Inquérito Civil nº 352/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada Equilibra - Centro de Atividades Físicas Ltda..

37) Inquérito Civil nº 353/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada A.M. Beneduzi Academia Ltda.

38) Inquérito Civil nº 354/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada Academia MR Body Fight Ltda..

39) Inquérito Civil nº 355/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada UP Fitness Academia de Ginástica e Musculação Ltda.

40) Inquérito Civil nº 356/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – pessoa jurídica sem registro e exercício ilegal da profissão, tendo como investigada Supermercado Lami Ltda.

41) Inquérito Civil nº 357/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviço – exercício profissional irregular, tendo como investigada W. Exercício Físico e Bem Estar Ltda.

PROMOTORIA DE ROSÁRIO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 18/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a aquisição e instalação de laticínio comunitário pelo município de Rosário do Sul.

PROMOTORIA DE SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil nº 04/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual violação ao direito fundamental de prestação de serviço seguro e tecnicamente adequado aos consumidores que frequentam as atividades físicas e desportivas ofertadas pelo Empreendimento Cometa da Alegria Animação e Recreação de Festas Infantis Ltda, pela ausência de registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Educação Física.

2) Inquérito Civil nº 13/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual violação ao direito fundamental de prestação de serviço seguro e tecnicamente adequado aos consumidores que frequentam a Academia Fernanda Nunes Coirolo “Pró-Fitness”, pela Pessoa Jurídica em débito e pelo exercício profissional ilegal e irregular junto ao Conselho Regional de Educação Física.

3) Inquérito Civil nº 15/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual violação ao direito fundamental de prestação de serviço seguro e tecnicamente adequado aos consumidores que frequentam a academia Centro de Recuperação e Preservação Física Vale do Rio Pardo “Sauna Academia”, pela ausência de responsável técnico, em tempo integral e devidamente inscrito junto ao Conselho Regional de Educação Física.

4) Inquérito Civil nº 16/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual violação ao direito fundamental de prestação de serviço seguro e tecnicamente adequado aos consumidores que frequentam a Academia Centro Esportivo Educacional e Social Santa Cruz, pelo exercício profissional ilegal (sem registro) e irregular (em débito) junto ao Conselho Regional de Educação Física.

5) Inquérito Civil nº 17/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual violação ao direito fundamental de prestação de serviço seguro e tecnicamente adequado aos consumidores que frequentam a academia Sublime Academia Ltda., pela ausência de responsável técnico em tempo integral e devidamente inscrito junto ao Conselho Regional de Educação Física.

6) Inquérito Civil nº 36/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de verificar o cumprimento da legislação que obriga os postos de combustíveis a fixarem placa indicativa do preço dos combustíveis por parte do estabelecimento Ireneo Silveira Ltda.

7) Inquérito Civil nº 42/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar a responsabilidade do Município de Santa Cruz do Sul, pela violação do princípio da igualdade tributária, na contribuição ao Fundo Municipal de Iluminação Pública, através da oneração dos munícipes de Santa Cruz do Sul, em relação aos residentes nas localidades de Cerro Alegre Baixo, Cerro Alegre, Capela dos Cunha, Malhada e Arroio do Couto.

PROMOTORIA DE SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 190/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar possível deficiência na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica na localidade de Parque Pinhal, Itaara, tendo como investigada AES SUL Distribuidora de Energia Elétrica.

PROMOTORIA DE SÃO JOSÉ DO NORTE

1) Inquérito Civil nº 21/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, com a finalidade de apurar possível situação precária da Lancha Mara, autorização outorgada à empresa Irmãos Roig Ltda, tendo como investigado Irmãos Roig Ltda.

PROMOTORIA DE VIAMÃO

1) Peça de Informação nº 139/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, com a finalidade de apurar possível descumprimento dos horários dos coletivos da Empresa de Transporte Coletivo Viamão Ltda. - ETCVL para passagem nas paradas de ônibus.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de dezembro de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,
Promotor de Justiça,
Coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público
De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICADO N.º 014/2011-CGMP

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do § 3º do artigo 4º da Resolução 0002/2009-CGMP, divulga o cronograma das correições ordinárias para o 1º semestre de 2012:

JANEIRO
Alegrete – PJ Cível (2º cargo)
São Borja – PJ Cível (2º cargo)
FEVEREIRO
Santa Rosa – PJ Criminal (1º cargo)
MARÇO
Augusto Pestana - (PJ Única)
Guaíba - 1º PJ Cível
Guaíba - PJE
Guaíba 2º PJ Cível)
Igrejinha
Ijuí - (PJ Especializada)
Nonoai
Porto Alegre - 11º Criminal
Porto Alegre - 1º Fam e Sucessões
Taquara - 4ª PJ
ABRIL
Frederico Westphalen - 2º Promotor de Justiça
Frederico Westphalen - Promotor de Justiça Substituto
Gravataí - 3ª Crime
Montenegro - 2º PJ
Montenegro - 3º PJ
Porto Alegre – PJ do Patrimônio Público ((2º e 4º cargos)
Santo Ângelo - 1º PJ Crim)
São Jerônimo - 1º PJ
São Jerônimo - 3º PJ
São Luiz Gonzaga - (PJ Cível)
São Luiz Gonzaga - (PJ Crim)
Sapucaia do Sul - 1ª PJ
Soledade – 2º cargo
MAIO
Cachoeirinha - 1ª Crime
Cachoeirinha - 2ª Cível
Canoas - 1ª Especialz.
Canoas - 4ª Crim
Cruz Alta - (1ª PJ Cível)
Porto Alegre – PJ Alto Petrópolis 2º e 3º cargos
Porto Alegre - PJ Inf. e Juv. 6º PJ
Santa Maria -(5º PJ Crim)
Santa Rosa - 1º Promotor de Justiça Cível
Santa Rosa - Promotor de Justiça Esp.
São Borja – PJ Especializada
São Leopoldo - 1º Crim e 3º Crim
São Lourenço do Sul - 1º PJ e 2º PJ
Tapes - único

JUNHO
Passo Fundo – PJ Criminal (1º, 2º e 3º cargos)
Porto Alegre - PJ Inf. e Juv**.** (2º cargo)
Rio Grande – PJ Cível (1º e 2º cargos)
Rio Grande – PJ Criminal (1º, 2º e 3º cargos)
Tramandaí – 1º, 2º e 4º cargos
Gravataí – PJ Cível (1º e 2º cargos)
Canela - Cargo único
São Francisco de Paula - Cargo único
Porto Alegre – PJ Contr. e Exec. Criminal (10º, 11º e 12º cargos)
Porto Alegre – PJ Reg. da Restinga (2º cargo)
Campo Novo - Cargo único
Crissiumal - Cargo único

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de dezembro de 2011.

ARMANDO ANTÔNIO LOTTI,
Corregedor-Geral do Ministério Público.